

Gabriella Rossetti Ferreira
(Organizadora)

Educação: Políticas, Estrutura e Organização 11

Atena
Editora

Ano 2019

Gabriella Rossetti Ferreira

(Organizadora)

**Educação: Políticas, Estrutura e
Organização
11**

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Lorena Prestes e Geraldo Alves

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E24 Educação [recurso eletrônico] : políticas, estrutura e organização 11 /
Organizadora Gabriella Rossetti Ferreira. – Ponta Grossa (PR):
Atena Editora, 2019. – (Educação: Políticas, Estrutura e
Organização; v. 11)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-312-5

DOI 10.22533/at.ed.125190304

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Currículo
escolar – Brasil. 3. Educação – Pesquisa – Brasil. 4. Políticas
educacionais. I. Ferreira, Gabriella Rossetti. II. Série.

CDD 370.1

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de
responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos
autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra “Educação: Políticas, Estrutura e Organização – Parte 11” traz capítulos com diversos estudos que se completam na tarefa de contribuir, de forma profícua, para o leque de temas que envolvem o campo da educação.

A educação é uma atividade que se expressa de formas distintas, envolvendo processos que tem consequências nos alunos, possui métodos que precisam ser compreendidos; envolve o que se pretende, o que se transmite, os efeitos obtidos, agentes e elementos que determinam a atividade e o conteúdo (forças sociais, instituição escolar, ambiente e clima pedagógico, professores, materiais e outros) (SACRISTÁN, 2007). O conceito de educação é inseparável do ente subjetivo que lhe dão atributos diferenciados. A educação é algo plural que não se dá de uma única forma, nem provém de um único modelo; ela não acontece apenas na escola, e às vezes a escola nem sempre é o melhor lugar para que ela ocorra. A escola deve estar pronta para atender a diversidade cultural, conduzindo a aceitação e o respeito pelo outro e pela diferença, pois se valoriza a ideia de que existem maneiras diversas de se ensinar e conseqüentemente diferentes formas de organização na escola, onde seja levado em consideração a complexidade da criação de um currículo que atenda o desafio de incorporar extensivamente o conhecimento acumulado pela herança cultural sem perder a densidade do processo de construção do conhecimento em cada indivíduo singular. A escolaridade faz parte da realidade social e é uma dimensão essencial para caracterizar o passado, o presente e o futuro das sociedades, dos povos, dos países, das culturas e dos indivíduos. É assim que a escolarização se constitui em um projeto humanizador que reflete a perspectiva do progresso dos seres humanos e da sociedade.

Em uma escola democrática não há barreiras educacionais, eliminam-se a formação de grupos com base na capacidade dos alunos, provas preconceituosas e outras iniciativas que tantas vezes impedem o acesso e permanências de todos na escola, proporcionando um ensino de qualidade para todos, sem exclusão.

Gabriella Rossetti Ferreira

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ESCOLA E OS SEUS ESPAÇOS DE APRENDIZAGEM: RESSIGNIFICANDO O OLHAR SOBRE OS AMBIENTES ESCOLARES	
José Emanuel Barbosa Alves Rafael de Farias Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903041	
CAPÍTULO 2	13
AS ESTRATÉGIAS DE ENSINO POR MEIO DAS METODOLOGIAS ATIVAS	
Andreza Cavalcanti Vasconcelos Gabrielly Laís de Andrade Souza Flavia Gymena Andrade Sâmara Aline Brito Brainer Vanessa Juvino de Souza Claudia Germana de Alencar Castro	
DOI 10.22533/at.ed.1251903042	
CAPÍTULO 3	19
CONTRIBUIÇÕES INTERACIONISTAS NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO: DESAFIOS DE LETRAMENTO NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I	
Paulo Rosas dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.1251903043	
CAPÍTULO 4	30
FERRAMENTA EDUCACIONAL VIRTUAL: UMA POSSIBILIDADE PARA O ENSINO BÁSICO E TECNOLÓGICO	
Pablo Castro A. Silva Marcos V. Montanari Virgínia de Souza Á. Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.1251903044	
CAPÍTULO 5	36
GOOGLE FOR EDUCATION NA ESCOLA PARAIBANA E SUAS IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR	
Josley Maycon de Sousa Nóbrega Nathalya Marillya de Andrade Silva Cristiana Marinho da Costa	
DOI 10.22533/at.ed.1251903045	
CAPÍTULO 6	48
O PIBID E A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES NO IFRN: INOVAÇÃO, DESAFIO OU UTOPIA?	
Eduardo Francisco Souza das Chagas Andreza Maria Batista do Nascimento Tavares José Moisés Nunes da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.1251903046	

CAPÍTULO 7	60
POLÍTICAS CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL E ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	
João Carlos de Lima Neto Juliana Gomes da Silva de Melo	
DOI 10.22533/at.ed.1251903047	
CAPÍTULO 8	68
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO: CONCEITOS, DEFINIÇÕES, CICLO TÉCNICO E METODOLOGIA DE PESQUISA	
Vicente de Paulo Morais Junior	
DOI 10.22533/at.ed.1251903048	
CAPÍTULO 9	79
POLÍTICAS PÚBLICAS E FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID ENQUANTO CAMPO DE REFLEXÃO E FORMAÇÃO CRÍTICA DO PROFESSOR	
Janice Pereira Lopes Maria de Lourdes Faria dos Santos Paniago	
DOI 10.22533/at.ed.1251903049	
CAPÍTULO 10	93
POLÍTICAS PÚBLICAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL DE 4 E 5 ANOS: DEFINIÇÕES E PRIORIDADES DE INVESTIMENTO PARA ESTA MODALIDADE DE ENSINO	
Katia Tatiana Moraes de Oliveira Ana Lúcia de Melo Santos Edilene Maria da Silva Marilene da Silva Lima Nubênia de Lima Tresena	
DOI 10.22533/at.ed.12519030410	
CAPÍTULO 11	105
PORTFÓLIO DE APRENDIZAGEM EXPERENCIAL: UMA APLICAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR	
Mariane Bezerra Nóbrega Rodrigo Leite Farias de Araújo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030411	
CAPÍTULO 12	118
DESAFIOS E POSSIBILIDADES DA PRÁTICA DOCENTE NO PROCESSO DE ALFABETIZAÇÃO	
Jayne Millena Ferreira Rodrigues do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.12519030412	
CAPÍTULO 13	128
POTÊNCIA DA EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA PARA A EXPERIÊNCIA INTERPROFISSIONAL	
Natália Milânio Soares de Faria Lúcia da Rocha Uchôa-Figueiredo	
DOI 10.22533/at.ed.12519030413	

CAPÍTULO 14	141
POTENTIALIZATION OF LEARNING ABOUT OSMOSIS, USING LOW COST MATERIALS IN EXPERIMENTAL PRACTICES	
Fabiana América Silva Dantas de Souza Rayanne Maria de Lima Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030414	
CAPÍTULO 15	149
PRÁTICAS AVALIATIVAS DA APRENDIZAGEM NO ENSINO FUNDAMENTAL DOS ANOS INICIAIS	
Rozineide Iraci Pereira da Silva Nair Alves dos Santos Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030415	
CAPÍTULO 16	159
PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA O ATENDIMENTO EM UMA ESCOLA INCLUSIVA	
Juliana A. D. da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030416	
CAPÍTULO 17	168
PROCESSO FORMATIVO DO DOCENTE EM QUÍMICA: REFLEXÕES ACERCA DA RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA	
Christina Vargas Miranda e Carvalho Hélder Eterno da Silveira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030417	
CAPÍTULO 18	178
PROGRAMA PRÓ-LETRAMENTO O DESEMPENHO DOS TUTORES E CONTRIBUIÇÕES DOS PROFESSORES: UM ESTUDO DE CASO DO CURSO EM MACAPÁ-AP	
Nilda Miranda da Silva Maria Raimunda Valente de Oliveira Damasceno Andreia Dutra Fraguas Adávia Fernanda Correa Dias da Silva Simonne Lisboa Marques	
DOI 10.22533/at.ed.12519030418	
CAPÍTULO 19	190
PROJETO “A COR DA CULTURA”: O PROTAGONISMO NEGRO/A NO PROGRAMA “HERÓIS DE TODO MUNDO”	
Helena Maria Alves Moreira Mônica Regina Ferreira Lins Luciana Maria da Conceição Vieira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030419	

CAPÍTULO 20 198

PROJETO INTERDISCIPLINAR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENSINO NO CURSO DE GRADUAÇÃO DE ENGENHARIA CIVIL

Vitor Trein Lucca
João da Jornada Fortes Filho
Laura Perin Lucca
Antônio Vanderlei Dos Santos
Mauro Cesar Marchetti

DOI 10.22533/at.ed.12519030420

CAPÍTULO 21 207

PROJETO MARIA DA PENHA VAI À ESCOLA: DISCURSOS DE EQUIDADE DE GÊNERO NAS ESCOLAS DE CARUARU

Karinny Lima de Oliveira

DOI 10.22533/at.ed.12519030421

CAPÍTULO 22 216

PROJETO NAS ASAS DA LEITURA: AÇÕES E REAÇÕES NO INCENTIVO AO ATO DE LER

Kátia Farias Antero
Maria do Socorro Moura Montenegro
Anderson Franklin do Rego Antero
Thays Evelin da Silva Brito

DOI 10.22533/at.ed.12519030422

CAPÍTULO 23 227

PROJETO TRANSDISCIPLINAR: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA CONSTRUÇÃO DE COMPETÊNCIAS COM PROFISSIONAIS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

Eleneide Menezes Alves
Romildo de Albuquerque Nogueira

DOI 10.22533/at.ed.12519030423

CAPÍTULO 24 236

PRONATEC: CONEXÕES DE UMA POLÍTICA PÚBLICA COMO PROPOSTA DE DESENVOLVIMENTO DA FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM DE NÍVEL MÉDIO

Maria José Fernandes Torres
Andrezza Maria Batista do Nascimento Tavares
Fábio Alexandre Araújo dos Santos
Keila Cruz Moreira
Carlos Eduardo Araújo dos Santos

DOI 10.22533/at.ed.12519030424

CAPÍTULO 25 252

PROTAGONISMO JUVENIL E EDUCAÇÃO INTEGRAL: O EDUCANDO COMO ATOR E AUTOR DO SEU PROCESSO DE APRENDIZAGEM

Dayane Priscilla Bernardes Anjos
Franciela Félix de Carvalho Monte

DOI 10.22533/at.ed.12519030425

CAPÍTULO 26	263
QUIZ EM METODOLOGIAS ATIVAS: SUPORTE NO ENSINO APRENDIZAGEM	
Inara Erice de Souza Alves Raulino Lopes	
José Vinícius Lopes da Silva	
Rodrigo e Silva Souza	
DOI 10.22533/at.ed.12519030426	
CAPÍTULO 27	272
RECITAL MUSICOPEDAGÓGICO CDG: TEMPO DE HISTÓRIAS CONTADAS E CANTADAS	
Helena Müller de Souza Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.12519030427	
CAPÍTULO 28	288
REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO	
Vanessa Alexandre de Souza	
Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira	
DOI 10.22533/at.ed.12519030428	
CAPÍTULO 29	301
RELAÇÕES DE PODER EM CONCEITOS E TEORIAS DIVERSAS: REFLEXÕES TEÓRICAS	
Emillia C. Gonçalves dos Santos	
Luciano Godinho Almuinha Ramos	
Yasmin Saba de Almeida	
Márcia Cristina Alves Bezerra	
Rafael dos Santos Costa	
Aldenora Santana de Oliveira	
Caroline Brelaz Chaves Valois	
Boaz Ramos de Avellar Júnior	
DOI 10.22533/at.ed.12519030429	
CAPÍTULO 30	318
PRESERVANDO E CONSERVANDO O MANGUEZAL NOS ARREDORES DA PRAÇA DO CAIARA NO BAIRRO DA IPUTINGA-RECIFE/PE A PARTIR DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM OS ESTUDANTES DO 5º ANO DA ESCOLA MUNICIPAL JOÃO XXIII	
Gladstone Barbosa Soares	
Maria do Carmo Lima	
Vilma Maria da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030430	
CAPÍTULO 31	327
OS REFLEXOS DA SÍNDROME DE ADAPTAÇÃO GERAL SOBRE OS ALUNOS DO CURSO PRÉ-UNIVERSITÁRIO POPULAR NOTURNO DA UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE: UM ESTUDO COMPARATIVO ENTRE OS GÊNEROS	
Fernando Gregorio da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.12519030431	
SOBRE A ORGANIZADORA	339

REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO PRONATEC NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO

Vanessa Alexandre de Souza

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Goiânia - Goiás

Ivanilda Aparecida Andrade Junqueira

Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais, Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Goiânia - Goiás

RESUMO: O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. As vagas para os cursos profissionalizantes são abertas em escolas públicas estaduais, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e nos Serviços Nacionais de Aprendizagem - como o Senai e o Senac. De cada 100 inscritos, 27 não terminam os cursos do Pronatec. A taxa oficial é de 12% de evasão. O sistema de ensino, ao explorar igualmente as contradições inerentes à sociedade capitalista é ou pode ser um instrumento de mediação na negação destas relações sociais de produção. O sistema de ensino brasileiro se organizou atendendo a lógica de exclusão e desigualdade da sociedade. O ensino médio acabou se constituindo como

lugar de discriminação sócio intelectual e reprodução cultural dos valores dominantes. O ensino acabou se dividindo em duas redes: formativa e propedêutica e a profissionalizante. Realizamos um trabalho de observação participante no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG) Campus Anápolis. O IFG Campus Anápolis iniciou sua oferta de cursos vinculados ao Pronatec em agosto de 2012 com nove cursos, e em 2015 ofereceu cinco cursos: Desenhista da Construção Civil, Programador Web, Assistente Administrativo, Almojarife e Editor de vídeo. Como instrumento de coleta de dados, utilizamos a aplicação de questionários e entrevistas, direcionados para os alunos destes cursos profissionalizantes oferecidos pelo Pronatec. Buscamos informações e dados sobre os alunos do Pronatec. Se estão conseguindo ou não cumprir o maior objetivo do programa: conquistar um lugar no mercado de trabalho, ou abrir seu próprio negócio, como empreendedores individuais.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Médio; Pronatec; Sociologia da educação.

Esse artigo é um fragmento da pesquisa “Desafios da implementação do PRONATEC no sistema de ensino brasileiro: estudo de caso no Instituto Federal de Goiás (Goiânia/GO)”, em andamento no Curso de Pós-Graduação

em Sociologia da Faculdade de Ciências Sociais da UFG. Nosso objetivo principal consistiu em compreender as relações entre trabalho e educação e se as propostas que têm sido produzidas recentemente pelos organismos oficiais têm apresentado resultados positivos no que diz respeito à formação do indivíduo para o mercado de trabalho. Para, além disso, a intenção foi compreender o impacto do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, em Goiânia e região metropolitana elencando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFG) Campus Goiânia/GO.

Dentre as questões para as quais buscamos respostas destacam-se as seguintes: a formação de técnicos de nível médio é uma alternativa realista para os jovens trabalhadores sem prejudicar o desenvolvimento de sua cidadania? Até que ponto as propostas contidas no PRONATEC foram realmente implementadas e se os resultados condizem com a realidade das instituições pesquisadas? Quais as principais causas dos baixos índices de adesão do público-alvo e alto índice de evasão dos alunos que ingressam no Programa? Trabalhou-se com a hipótese de que mesmo que as metas de ampliação da oferta de vagas para o ensino profissionalizante tenham se efetivado, alguns fatores como a evasão tem determinado o fracasso do referido Projeto de Lei.

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica e corresponde a um conjunto de ações para expansão e democratização da oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, visando suprir o mercado nacional com mão de obra qualificada, essencial para o desenvolvimento econômico do país.

Sobre o por quê da sua criação, Cassiolato e Garcia (2014), destacam que o “programa é parte de uma estratégia de desenvolvimento, em escala nacional, que busca integrar a qualificação profissional de trabalhadores com a elevação da sua escolaridade, constituindo-se em um instrumento de fomento ao desenvolvimento profissional, de inclusão social e produtiva e de promoção da cidadania” (CASSIOLATO e GARCIA, 2011, p. 34). Previa-se a ampliação da oferta de educação profissional por meio de parcerias com instituições públicas e privadas, cujos objetivos consistiam em:

I- expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio presencial e a distância e de cursos e programas de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; II- fomentar e apoiar a expansão da rede física de atendimento da educação profissional e tecnológica; III- contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público, por meio da articulação com a educação profissional; IV- ampliar as oportunidades educacionais dos trabalhadores, por meio do incremento da formação e qualificação profissional; V- estimular a difusão de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de cursos de educação técnica e tecnológica; VI – estimular a articulação entre a política de educação profissional e tecnológica e as políticas de geração de trabalho, emprego e renda (BRASIL, 2011)

As vagas para os cursos profissionalizantes foram abertas em escolas públicas

estaduais, nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e nos Serviços Nacionais de Aprendizagem - como o Senai e o Senac, e, cada uma dessas instâncias adotaram critérios próprios para a seleção dos inscritos nos processos seletivos para os diversos cursos técnicos oferecidos. Com carga horária (mínima) de 800 horas, os estudantes matriculados no ensino médio em escolas públicas, têm acesso ao recebimento de uma “bolsa formação”, por meio da qual a Setec/MEC apóia as instituições vinculadas às diversas redes de ensino do país na oferta de vagas gratuitas em cursos de educação profissional técnica de nível médio e cursos de formação inicial e continuada (FIC) ou qualificação profissional, custeando a abertura de vagas.

Os recursos são transferidos para as instituições ofertantes e cobrem as despesas de custeio das vagas, como mensalidades, materiais didáticos e encargos educacionais, podendo incluir o fornecimento de alimentação e transporte aos estudantes. Quanto à qualificação, aos trabalhadores advindos com níveis diversos de escolaridade, são oferecidos cursos identificados como de formação inicial e continuada (FIC), com carga horária (mínima) de 160 horas. Nesses casos, cada estudante tem direito de receber a chamada Bolsa-Trabalhador (BRASIL, Portaria nº 817/2015).

Segundo as informações divulgadas pelos órgãos governamentais, Pronatec foi a mais vigorosa política pública de formação profissional da história do país e grande aposta para resolver o problema da escassez da mão de obra qualificada. Entretanto, pode-se dizer que seu sucesso foi ofuscado quando o governo não soube responder se os alunos do Pronatec estão conseguindo ou não cumprir o maior objetivo do programa: conquistar um lugar no mercado de trabalho, ou abrir seu próprio negócio, como empreendedores individuais. Mesmo com alto número de concluintes, o Pronatec ainda não tem uma avaliação de impacto.

Mesmo com 4,2 milhões de matrículas e mais de 2 milhões de concluintes o Pronatec carece de um sistema de avaliação de resultados. Em 2017, foram divulgados alguns dados referentes ao PRONATEC. Por meio da Ação 20RW - Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica, entre 2011 e 2017, a previsão e execução orçamentária são apresentadas na tabela abaixo:

Tabela 1: Previsão e execução orçamentária da Ação 20RW - Apoio à Formação Profissional, Científica e Tecnológica

Exercício	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhadas	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas
2011	0	460.530.000,00	459.602.953,70	442.602.969,31	208.715.615,60
2012	1.250.847.374,00	1.251.774.420,00	1.239.515.479,14	1.187.096.818,70	1.180.721.242,68
2013	2.398.188.000,00	2.889.484.534,00	2.753.473.655,76	2.611.594.393,48	2.596.559.369,13
2014	2.801.671.577,00	3.611.295.589,00	3.601.784.756,69	3.546.522.995,54	3.536.134.474,67
2015	4.022.776.000,00	3.912.505.881,00	3.513.640.048,27	2.467.064.364,34	2.439.323.143,75
2016	1.640.000.000,00	1.740.574.462,00	1.595.905.753,28	1.271.104.712,79	1.261.973.306,60
2017	805.400.000,00	805.341.669,00	333.347.533,19	101.061.897,78	99.688.288,23
Total	12.918.882.951,00	14.671.506.555,00 (100%)	13.497.270.180,03 (92%)	11.627.048.151,94 (79%)	11.323.115.440,66 (77%)

Fonte: Tesouro Gerencial, extração em 29 de setembro de 2017.

A tabela 2 apresenta dados referentes à relação de vagas planejadas e vagas ofertadas:

Uma das estratégias adotadas no PRONATEC, diz respeito à estruturação de um extenso sistema de instituições ofertantes, por meio de redes públicas e privadas, que inclui a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs), Sistemas Nacionais de Aprendizagem (Sistema S), escolas técnicas estaduais, além de instituições privadas especificamente credenciadas, que são redes que podem ser gerenciadas. Os dados constantes da tabela 3 atestam como se deu, numericamente, tal estratégia:

Analisando os dados apresentados acima, percebemos que, apesar dos investimentos nessa política educacional, os resultados não têm atingido as expectativas, principalmente, quando se leva em conta a sua implementação no interior do país.

De cada 100 inscritos, 27 não terminam os cursos do Pronatec. A taxa oficial é muito mais baixa que a reportada pelas faculdades, mas já indica que, do total de 8 milhões matriculados oficialmente quase 1 milhão não devem concluir o curso. O governo está chegando no índice oficial de 12% de evasão. Os índices de evasão muito acima do oficial poderiam ser casos “isolados” compensados por taxas menores em cursos ministrados por outros provedores, entre eles, escolas técnicas, instituições federais e entidades do sistema S, que de fato são responsáveis pela maior parte das vagas do Pronatec.

A evasão de alunos do Pronatec teria cinco possíveis causas. Alguns deixariam os cursos por dificuldade em acompanhar seus conteúdos. Não são raros os que têm deficiências básicas do ensino médio ou estão fora da escola há muito tempo. Entre as soluções estariam as aulas de nivelamento e de reforço. Uma segunda causa da evasão seria a dificuldade dos alunos em conciliar o curso com o trabalho. Muitos alunos que acham emprego acabam tendo de abandonar as aulas. A falta de comprometimento também pode ser um problema. Também haveria estudantes com dificuldades para pagar pelo transporte para frequentar os cursos. Os provedores do Pronatec acreditam que as desistências podem estar ligadas a pouca informação que alguns alunos têm sobre os cursos na hora de se fazer a inscrição.

O sistema de ensino, ao explorar igualmente as contradições inerentes à sociedade capitalista é ou pode ser um instrumento de mediação na negação destas relações sociais de produção. Pode ser um instrumento eficaz na formulação das condições concretas de superação destas relações sociais que determinam uma separação entre capital e trabalho, trabalho manual e intelectual, mundo da escola e mundo do trabalho. A escola não é por natureza capitalista, mas no interior deste modo de produção tende a ser articulada com os interesses do capital. Por não ser inerente ou orgânica deste modo de produção, pode articular-se com outros interesses antagônicos ao capital. O conhecimento quer em sua produção, quer em sua divulgação, articula-se com interesses de classe.

O sistema de ensino brasileiro se organizou atendendo a lógica de exclusão e desigualdade da sociedade. Focamos a nossa análise na forma como o Ensino Médio se caracteriza no sistema de ensino brasileiro. Este ensino apresenta três funções:

formativa, propedêutica e profissionalizante. A função propedêutica tem um nítido sentido elitista e de privilégio. O ensino médio acabou se constituindo como lugar de discriminação sócio intelectual e reprodução cultural dos valores dominantes. A função formativa e também a propedêutica foi considerada com a finalidade de preparar os estudantes para todos os grandes setores da atividade nacional. O ensino acabou se dividindo em duas redes: formativa e propedêutica e a profissionalizante.

Atualmente o panorama de globalização da economia, diminuição do papel do Estado na economia, busca de estabilização, revolução tecnológica, trabalho intelectual, polivalência, produtividade, flexibilização e precarização, levou a ser reconhecido na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), o potencial formativo do ensino médio de modo a se chegar a uma socialização plena do indivíduo. A dimensão propedêutica se mantém, com a demanda seletiva para o ensino superior. O Decreto nº 2.208/97 torna a função profissionalizante sequencial concomitante à função formativa do ensino médio. Mantem-se o sistema elitista e seletivo com o conflito redistributivo e a falta de canais de ascensão social.

O ensino médio no sistema de ensino brasileiro ao longo da história se apresenta como o nível de mais difícil enfrentamento em relação a sua concepção, estrutura e organização. Esta dificuldade surge da tensão na mediação entre educação fundamental e formação profissional. Surgem propostas pedagógicas confusas e de qualidade insatisfatória para atender as finalidades do ensino médio propostas na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) como o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental e a preparação básica para o trabalho e para a cidadania por meio da construção da autonomia moral e intelectual. Existe uma ambiguidade na dupla função que é imposta para o ensino médio, preparar para a continuidade de estudos e ao mesmo tempo para o mundo do trabalho.

A história do ensino médio no Brasil mostra que o enfrentamento destas questões tem levado a uma polarização, fazendo da dualidade estrutural sua principal característica. Esta dualidade está presente desde os primórdios do modelo de ensino médio desenvolvido no sistema de ensino brasileiro. KUENZER (2007) faz uma análise das propostas desenvolvidas para o ensino médio desde os anos 1940. A autora destaca que "... sua característica mais geral sempre foi a de ensino primário seguido pelo ensino secundário propedêutico e completado pelo ensino superior, este sim dividido em ramos profissionais." (KUENZER, 2007, p.11) Ou seja, desde o início do século está presente a dualidade estrutural neste nível de ensino. Desde 1971 aparece na LDB a educação para o trabalho como intenção explícita.

De acordo com a organização dual do sistema de ensino, constitui-se o ensino médio de caráter propedêutico dedicado para a formação de especialistas e profissionais e o voltado para desenvolver a capacidade de desempenhar funções instrumentais exigidas pelos diferentes ramos profissionais. "Dualidade e fragmentação no ensino médio e na educação profissional devem ser compreendidas não apenas na sua expressão atual, mas também nas suas raízes." (CIAVATTA & RAMOS, 2011, p.27)

O ensino médio é um nível de ensino atravessado por uma ambiguidade, precisa preparar para o mundo do trabalho e para a continuidade dos estudos. Essa ambiguidade é uma das raízes dos inúmeros problemas e dificuldades que o ensino apresenta. A formulação de uma concepção de ensino médio que articule essas duas dimensões é um grande desafio.

A LDB define o ensino médio como parte da educação básica e destaca a necessidade de ofertá-lo a todos, com distintas modalidades de organização, inclusive a formação profissional. O objetivo é tratar de forma diferente os desiguais de acordo com seus interesses e necessidades para que possam ser iguais. A possibilidade de oferecer ensino médio com uma única modalidade é tão inadequado quanto manter a estrutura atual com um ramo de educação geral e outro de educação profissional.

A qualificação profissional permite uma relativa mobilidade social que causa uma falsa impressão de democratização. Há uma grande dificuldade de acesso para a classe trabalhadora aos níveis mais elevados do sistema de ensino. Para a maior parte dos alunos do ensino médio brasileiro a alternativa máxima de formação são os cursos profissionais que formam para atividades instrumentais. Realizando uma formação que os torna muito distantes da possibilidade de exercer funções no grupo dirigente da sociedade.

As políticas educacionais elaboradas para o sistema de ensino brasileiro não canalizam os investimentos para a universalização da educação básica, para a expansão e melhoria da qualidade do ensino médio como prevê a Constituição. Os programas de investimento mostram que o compromisso com a democratização da cultura, da tecnologia e da ciência se realiza apenas no discurso, disfarçando a hegemonia do capital que se solidifica com a distribuição diferenciada e desigual da educação.

A educação profissional exige foco no mercado e não se confunde com a educação básica que tem como foco os direitos universais do cidadão (KUENZER, 2007). Em 1995 surgiram propostas de educação profissional articulada às políticas neoliberais organizadas pelo Banco Mundial. O Banco Mundial tinha como “missão” reduzir a pobreza nos países em desenvolvimento propondo reformas estatais em vários setores (previdência, administração, saúde, educação). Segundo documento do Banco Mundial, com orientações para a área da educação, o aumento de matrículas contribui para a queda da qualidade, ou seja, o ensino superior não deve ser para todos. Deve ser reservado para dirigentes e técnicos de alto nível que estão entre os estudantes bem preparados na educação primária e secundária. Estes estudantes devem ser rigorosamente selecionados para chegar às vagas limitadas do ensino superior.

Os Institutos Federais foram aproveitados como uma estrutura já existente para oferecer essa modalidade de educação barata, aligeirada e ineficaz. Porém, já é claro para os pesquisadores da educação que sem uma boa formação básica não se faz educação profissional. Mesmo com as falhas e carências podemos considerar que a

rede federal de ensino é o melhor que se tem no Brasil na área de ensino técnico com cursos concomitantes ao ensino médio. As escolas que unificam trabalho e educação, mesmo que sob uma lógica capitalista, são as que mais se aproximam do que seria a escola politécnica proposta por Marx. Na atualidade, são os Institutos Federais que tem realizado esta proposta apesar de todas as dificuldades.

A relação entre juventude e trabalho abrange aspectos econômicos, psicológicos e culturais. Segundo pesquisa de AMAZARRAY (2009), as expectativas dos jovens de ambos os sexos, com idade entre 15 e 16 anos, acerca do futuro laboral revelam insegurança e desinformação quanto ao mercado de trabalho. O trabalho precarizado a que os jovens estão expostos causam efeitos negativos sobre sua trajetória escolar e sobre a saúde física e psíquica. Podemos citar como consequências do trabalho juvenil o cansaço, a sobrecarga física e a falta de tempo para estudar, para descansar e para o lazer, tendo como consequências a falta de interesse na escola, a dificuldade em aprender e os altos níveis de estresse. A dupla jornada trabalho-estudo representa desgaste e esforço, os adolescentes tentam conciliar as duas atividades. O objetivo principal é construir um futuro que lhes permita ascender em uma carreira profissional e tentar superar a sua atual condição de classe.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece importantes diretrizes para a proteção da atividade laboral na adolescência. Segundo o ECA (Brasil, 1990), é proibido o trabalho a menores de 14 anos, exceto na condição de aprendiz. Porém, o trabalho de adolescentes continua a ser visto como algo naturalizado e necessário para as famílias de baixo nível socioeconômico (AMAZARRAY, 2009).

De acordo com (CARNEIRO e BEHR, 2012) há implicações da crise estrutural do capital no mundo da educação e do trabalho e imbricações entre suas categorias, suscitando uma reflexão acerca do embate entre as novas determinações do mundo do trabalho e as formas de organização da juventude no mercado de trabalho.

Os jovens de classes sociais desfavorecidas enfrentam a dificuldade financeira e precisam ingressar no mercado de trabalho precocemente. Pela falta de experiência, se tornam ainda mais vulneráveis aos processos de precarização do trabalho, vivenciando situações que envolvem assédios moral e sexual, desgaste físico e emocional, sobrecarga de trabalho, falta de reconhecimento, baixa remuneração, falta de amparo, instabilidade, controle psicológico e exposição a agentes insalubres.

O aumento do desemprego estrutural, das relações de subcontratação o crescimento da informalidade do trabalho inserido em um cenário de redefinição do papel do Estado, com o aumento do excedente de mão de obra, estabelecendo concorrência desleal para a juventude, que representa uma força de trabalho com menor qualificação e experiência.

Na atual sociedade do conhecimento, o tempo de preparação para o ingresso no mercado de trabalho passa a ser maior, assim, jovens de classe média alta, que tem condições de financiar a inatividade, elevando a escolaridade e postergando o ingresso no mercado de trabalho, obtém acesso as principais vagas disponíveis, com

maior remuneração. Já os jovens sem assistência ingressam muito cedo no mercado de trabalho, com baixa escolaridade, ocupando vagas de menor remuneração e em posições de subordinação.

As transformações ocorridas no século XX e XXI abrangem as políticas sociais, no mundo do trabalho e na educação. As políticas educacionais refletem a reestruturação do capital. Podemos afirmar, como vários autores, que a crise que a educação enfrenta é reflexo da crise estrutural do capital.

A crise estrutural do capital acarretou profundas mudanças também no mundo do trabalho. Nota-se a falta de amparo social, jovens que se submetem cada vez mais a vínculos de trabalho precário. Forma-se um quadro de exploração da força de trabalho. Pelas mais variadas razões, os jovens se submetem a condições precárias de trabalho, no que se refere à remuneração, intensificação e falta de identificação com o trabalho.

A busca de reconhecimento formação de uma carreira profissional favorece a exploração. Encontramos estudantes desenvolvendo atividades degradantes que veem nestas “oportunidades”, a única maneira ou a forma mais fácil de inserção no mercado, ainda que estas atividades não estejam de acordo com sua formação. Grande parte dos jovens encontra-se em ocupações informais, submetida a padrões de contratação alheios a legislação do trabalho e sem proteção de sindicatos.

Na luta pela empregabilidade, jovens apostam em alternativas temporárias de emprego, seja para contribuir com as despesas familiares, para garantir o próprio sustento ou mesmo para preservar sua condição de estudante.

Outra face da precarização do trabalho se revela na perspectiva do “sofrimento no trabalho”, defendida por DEJOURS (1992), gerado pela exploração desigual das forças produtivas, que esvazia a subjetividade do trabalhador e traz riscos a sua saúde mental. Para o autor, a noção de sofrimento se concentra na luta do sujeito contra essas forças, a partir de estratégias que visam desconstruir os sistemas de controle que impedem a simples manifestação de vontade.

Para (AREND & REIS, 2009) fenômeno da contratação de uma mão de obra juvenil, por parte das empresas, não é uma característica particular do caso brasileiro. A situação do desemprego devido à transitoriedade e insegurança impostas pelo mercado nas últimas décadas do século XX. O quadro é dramático no que se refere às taxas de desemprego entre os jovens de 16 a 24 anos de idade. Nesta faixa etária, o número de desempregados é duas vezes superior ao de adultos na mesma condição.

As mudanças no trabalho redefiniram o perfil do trabalhador e colocaram novas exigências quanto à escolaridade, formação profissional, participação e compromisso com os objetivos das empresas (MARTINS, 2001).

Ocorreram transformações na relação dos jovens com a escola, o trabalho, a empresa e o sindicato. Na análise destas mudanças é preciso considerar a heterogeneidade da juventude, o processo de introdução da tecnologia física quanto da tecnologia organizacional.

O trabalho continua sendo central na vida dos indivíduos, mas a conjuntura atual é de insegurança e de grande mobilidade ocupacional. Diante da quase inexistência de trabalho em tempo integral, os jovens tendem a inserir-se no mercado com contratos de trabalho atípicos ou mais flexíveis, em tempo parcial, por tempo determinado, temporários e como subcontratação. Chegando até a encarar favoravelmente a flexibilidade da relação de trabalho, aí encontrando possibilidades de aquisição de capacidades profissionais e de experiência. A instabilidade desses trabalhadores que, na perspectiva da segmentação do mercado de trabalho as oportunidades de trabalho para os jovens tendem a se concentrar nas pequenas e microempresas que, no entanto, são conhecidas pelas condições precárias de trabalho que oferecem, além dos baixos salários, a instabilidade contratual.

Na análise das relações entre juventude e escolarização, os autores (SILVA & PELISSARI, 2013) propõem-se a discutir as razões de permanência e abandono no âmbito da educação profissional técnica de nível médio. O estudo destes autores é direcionado para a questão do abandono e da permanência dos jovens na escola, sobretudo no ensino médio regular e na educação profissional técnica de nível médio.

Procuram responder a seguinte pergunta: “Quais são os motivos que têm levado os jovens a abandonar a escola? O que os levaria a permanecer?” Os altos índices de abandono escolar estão relacionados com vários fatores, um deles seria o fenômeno denominado “esvaziamento de significado do espaço escolar” (COSTA; KOSLINSKI, 2006 *apud* SILVA & PELISSARI, 2013) ou o “desaparecimento da instituição escolar” (DUBET, 1997 *apud* SILVA & PELISSARI, 2013). “A visão de escola elaborada pelos jovens tem sofrido metamorfoses, de modo que o espaço escolar (ou a instituição escolar) passa por um processo de ressignificação. ” (SILVA & PELISSARI, 2013, p.405)

O ensino médio apresenta um quadro acentuado de exclusão. A taxa média de abandono e reprovação é de 35,5%, verificada entre os anos de 2007 e 2009 (BRASIL, 2009).

Os autores questionam se estaria de fato havendo um esvaziamento de sentido da escola ou se não seria melhor reportarmos-nos a um deslocamento de significado do processo de escolarização em direção às questões postas pelo universo juvenil na atualidade.

A questão da profissionalização e do emprego é uma das preocupações presentes no universo juvenil, em especial por parte daqueles que se encontram na última etapa da educação básica.

As mudanças ocorridas nos processos de produção e de trabalho com a aplicação de novas tecnologias e o aparecimento das novas formas de gestão geraram significativas metamorfoses na vida social, fazendo com que a inserção no mercado de trabalho e a própria qualidade do processo laboral passassem a ser bastante diferentes do que era verificado até então. “No Brasil, por exemplo, como mostra

Simões (2010), cerca de 4 milhões de jovens trabalham em atividades informais, das quais 90% correspondem a menos de um salário mínimo.” (SIMÕES, 2010 *apud* SILVA & PELISSARI, 2013)

Não ocorre uma relação linear entre educação e empregabilidade. Em alguns casos, há a inversão desse processo: taxas mais alta de desocupação ou desemprego correspondem a grupos juvenis mais escolarizados.

HARVEY (1999) demonstra que a acumulação flexível implica níveis relativamente altos de desemprego estrutural, rápida destruição e reconstrução de habilidades, ganhos modestos de salários reais e retrocesso do poder sindical.

Para Castel (1998), a proteção social cresce à medida que a contratualidade se modifica. A condição salarial se estabelece no capitalismo com o consumo. A relação salarial é uma relação tipicamente fordista. O autor analisa a relação entre a ampliação do salário na extensão da sociedade ao longo do tempo e a construção de uma identidade social de trabalhador assalariado. A sociedade salarial só foi possível com o crescimento econômico e o Estado de bem-estar social no século XX, período em que o Estado não só intervém na economia como produtor de bens, mas também como produtor de consumidores, ou seja, produtor de assalariados, por exemplo, com a implantação do salário mínimo.

A principal distinção entre fordismo e taylorismo, segundo Harvey (1999), era o reconhecimento explícito de que a produção em massa significava consumo em massa e conseqüentemente um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle, etc. constituindo um novo tipo de sociedade racionalizada, modernista e populista. A renda dada aos trabalhadores era um incentivo ao consumo dos produtos produzidos em massa.

Segundo David Harvey, “o período de 1965 a 1973 tornou cada vez mais evidente a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser mais bem apreendidas por uma palavra: rigidez.” (HARVEY, 1999, p.135).

Acumulação flexível, assim, é a nova maneira encontrada pelo capitalismo para superar suas crises cíclicas e suas contradições internas e, dessa forma, permitir a reprodução do capital e sua concentração nas mãos da elite capitalista. Só que, ao contrário do que ocorreu no período fordista, no qual a acumulação era baseada em padrões rígidos, a acumulação, agora é flexível. O mercado se tornou flexível, o processo de produção e a exploração da força de trabalho.

As transformações em curso no mundo do trabalho estabeleceram novas relações de trabalho. Os sindicatos e a regulamentação estatal perderam força nesta nova configuração. O enfraquecimento do movimento sindical, a desestruturação do Estado, a desconstituição dos direitos sociais dos trabalhadores, a expansão de formas de trabalho precárias, a elevação das taxas de desemprego e o crescimento da exclusão social, tornaram cada vez mais complexa a situação dos trabalhadores.

A precarização do trabalho e o desemprego aumentam o medo, a insegurança

e estimulam a obediência e submissão dos trabalhadores a situações cada vez mais opressoras de trabalho. Os jovens são uma parcela da classe trabalhadora extremamente vulnerável às novas configurações do mundo trabalho. Nesse contexto de tendência à precarização das relações de trabalho aumenta o risco de desemprego, a ansiedade e o medo do trabalhador. O desgaste físico e psicológico passa, muitas vezes, a ser banalizado e encarado como se fosse parte da forma normal de trabalhar e viver.

REFERÊNCIAS

- AMAZARRAY, Mate Raya et al. **Aprendiz versus trabalhador**: adolescentes em processo de aprendizagem. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 329-338, Sept. 2009. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010237722009000300006&lng=en&nrm=iso>. access on 08 Sept. 2016.
- AREND, S. & REIS, A. **Juventude e restaurantes fast food**: a dura face do trabalho flexível. *Rev. Katál.* Florianópolis v. 12 n. 2 p. 142-151 jul./dez. 2009.
- AZEVEDO, L. A.; SHIROMA, E. O.; COAN, M. As políticas públicas para a educação profissional e tecnológica: sucessivas reformas para atender a quem? **Boletim Técnico do Senac**: a R. Educ. Prof, Rio de Janeiro, v. 38, nº 2, maio/agosto 2012.
- BOURDIEU, Pierre & PASSERON, Jean Claude. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de ensino**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, Pierre. NOGUEIRA, Maria Alice, CATANI, Afrânio (orgs). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 2005.
- BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**. Poder Executivo. Brasília DF, 23dez. 1996.
- BRASIL. Ministério da educação e cultura. Secretária-geral. **Uma nova opção para o ensino profissionalizante: a habilitação básica**. Brasília, Departamento de Documentação e Divulgação, 1978.
- CARNEIRO, Maíra P.; BEHR, Ricardo Roberto. **Juventude e movimento estudantil**: o trabalho precário dos estudantes -bolsistas da UFES *EccoS Revista Científica*, núm. 29, septiembre-diciembre, 2012, pp. 171-198.
- CASSIOLATO, M.; GARCIA, R. **PRONATEC: múltiplos arranjos e ações para ampliar acesso à educação profissional**. Rio de Janeiro: IPEA, jan. 2014. (Texto para Discussão, n. 1.919). Disponível em:
http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/2406/1/TD_1919.pdf. Acesso em: 18/12/2018.
- CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.
- CNTE, Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. **Os riscos do Pronatec para a Educação Técnica Profissional**. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 5, n. 8, p. 179-184, jan./jun. 2011.
- CIAVATTA, M; RAMOS, M. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível

em: <<http://www.esforce.org.br>>

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. 2 ed. São Paulo: Unesp; Brasília; Flacso, 2000a.

CURY, Carlos Roberto Jamil. O ensino médio no Brasil: histórico e perspectivas. **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 27, p. 73–84, jul. 1998.

DEJOURS, C. A loucura do trabalho: estudo de psicopatologia do trabalho. 5.ed. São Paulo: Cortez/Oboré, 1992.

DUBET, François. Quando o sociólogo quer saber o que é ser professor. Entrevista concedida a Angelina Teixeira Peralva e Marília Pontes Sposito. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 5 e 6, p. 222-231, 1997

ENQUITA, Mariano Fernandez. **A Face Oculta da Escola**. Tradução Tomaz Tadeu da Silva. Porto Alegre-RS: Arte Médicas, 1989.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil**. Petrópolis – RJ: Vozes, 1977.

FRANZOI, N. L.; SILVA, C. O. B.; COSTA, R. C. D. PROEJA e PRONATEC: ciclo de políticas, políticas recicladas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 84-100, 2013.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Teoria e práxis e o antagonismo entre a formação politécnica e as relações sociais capitalistas. **Trab. Educ. Saúde**, Rio de Janeiro, v.7, suplemento, p.67-82, 2009.

GRAMSCI, A. “Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaios sobre a história dos intelectuais”. In: **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, v. 2, p. 13 – 53.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 8.ed. São Paulo: Loyola, 1999.

KUENZER, A. Z. Educação Profissional: categorias para uma Nova Pedagogia do Trabalho. **Revista da Formação Profissional Boletim Técnico do Senac**, Curitiba, v. 1, p. 19-29, 1999.

KUENZER, A. Z. **Ensino médio e profissional: as políticas de um Estado neoliberal**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

LIMA, M. R. PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego: uma crítica na perspectiva Marxista. **Revista Estudos do Trabalho**, Marília, n. 11, 2011. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/texto/gt1/pronatec.pdf> Acesso em: 21 de jul. de 2017.

LIMA, M. Problemas da educação profissional do governo Dilma: PRONATEC, PNE E DCNEMs. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 21, n.2, p. 73-91, mai./ago. 2012.

MACHADO, L. R. de Sousa. **Educação e divisão social do trabalho: contribuição para o estudo do ensino técnico industrial brasileiro**. São Paulo: Cortez, 1982.

MANACORDA, Mário A. **Marx e a pedagogia moderna**. São Paulo: Cortez, 1996.

MANNHEIM, K. **Diagnóstico de Nosso Tempo**. Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1967.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. O processo de reestruturação produtiva e o jovem trabalhador: conhecimento e participação. *Tempo Social; Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 13(2): 61-87, novembro de 2001.

MARX, Karl. **Textos sobre educação e ensino**. São Paulo: Centauro, 2004.

MASCARENHAS, Angela C. Belém. Pressupostos Teóricos- Metodológicos do ensino de Ciências Humanas. In: MASCARENHAS, Angela C. Belém (Org.). **As Ciências humanas no Ensino Básico**. Goiânia: Editora da UCG, 2007.

MESZÁROS, Istvan. **A educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2008.

NOGUEIRA, Maria Alice, NOGUEIRA, Cláudio M. Martins. **Bourdieu e a educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

NOSELLA, Paolo. **A escola de Gramsci**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC/SETEC, 2010.

RAMOS, M. N.; CIAVATTA, Maria ; FRIGOTTO, Gaudêncio . Educação Profissional e Desenvolvimento. **Revista Pedagogia Cotidiano Ressignificado**, v. 2, p. 39-62, 2008. Disponível em http://redeescoladegoverno.fdrh.rs.gov.br/upload/1392219264_Educa%C3%A7%C3%A3o%20Profissional%20e%20Desenvolvimento.pdf Acesso em 21 de julho de 2017

SALDANHA, Letícia de Luca Wollmann. O Pronatec e a relação Ensino Médio e Educação Profissional. IX ANPED SUL. Disponível em Acesso em 30 de junho de 2013.

SAVIANI, D. **A nova lei da educação**: trajetória, limites e perspectivas. 12. ed. Coleção educação contemporânea. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

SILVA, R. B. **A educação técnica e profissional e a Lei do Pronatec**. Diretoria da Educação superior/ Faetec/ SECT-RJ. **Democratizar**, v. VI, n. 1, jan./jul. 2012.

SILVA, M.; PELISSARI, L.; Steimbach, A. Juventude, escola e trabalho: permanência e abandono na educação profissional técnica de nível médio. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 39, n. 2, p. 403-417, abr./ jun. 2013.

SILVA, Tomaz Tadeu da (org.) **Neoliberalismo, qualidade total e educação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

RODRIGUES, J. Qual cidadania, qual democracia, qual educação? **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 4 n. 2, p. 417-430, 2006.

SOBRE A ORGANIZADORA

Gabriella Rossetti Ferreira

- Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Educação Escolar da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Mestra em Educação Sexual pela Faculdade de Ciências e Letras da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil.
- Realizou parte da pesquisa do mestrado no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IEUL).
- Especialista em Psicopedagogia pela UNIGRAN – Centro Universitário da Grande Dourados - Polo Ribeirão Preto.
- Graduada em Pedagogia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP, Araraquara, Brasil. Agência de Fomento: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq.
- Atua e desenvolve pesquisa acadêmica na área de Educação, Sexualidade, Formação de professores, Tecnologias na Educação, Psicopedagogia, Psicologia do desenvolvimento sócio afetivo e implicações na aprendizagem.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/0921188314911244>

Agência Brasileira do ISBN

ISBN 978-85-7247-312-5



9 788572 473125